



# SENADO FEDERAL

## PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

### Nº 16, DE 2011

Altera o inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal, fixando em setenta e cinco anos de idade a aposentadoria compulsória dos servidores públicos.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

**Art. 1º** O inciso II do § 1º do art. 40 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 40. ....

§ 1º .....

II – compulsoriamente, aos setenta e cinco anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

.....” (NR)

**Art. 2º** Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

### JUSTIFICAÇÃO

A proposição que apresentamos pretende modificar a idade que a Constituição Federal estabelece para a aposentadoria compulsória dos servidores públicos.

Com efeito, desde 1946 que a idade em que o servidor público é aposentado compulsoriamente está fixada em setenta anos. Portanto, tal regra já vigora por seis décadas e meia em nosso País e conforme entendemos, devido às mudanças sociais pelas quais passamos ao longo desse tempo, mormente no que se refere ao aumento da expectativa de vida dos brasileiros,

e chegou o momento de ampliar a idade para a aposentadoria obrigatória dos servidores públicos.

Deveras, hoje temos observado a aposentadoria compulsória, aos setenta anos, de muitos servidores que, estando em plena capacidade física e mental, com larga experiência profissional e domínio do seu trabalho, desejavam permanecer no serviço ativo, prestando a sua contribuição ao desenvolvimento nacional.

Por outro lado, devemos lembrar que a aposentadoria compulsória de servidor público foi fixada em sessenta e oito anos pela Constituição de 1934. E a ampliação para setenta anos pela Constituição de 1946 ocorreu porque foi ampliada a expectativa de vida dos brasileiros, pelos ganhos do processo de desenvolvimento social.

Desse modo, embora a idade de setenta anos para o afastamento obrigatório tenha tido razão de ser no passado, hoje o aumento da expectativa de vida indica que é necessário aumentar essa idade.

Por fim, devemos ressaltar que a presente proposta de emenda à Constituição não implica prejuízo algum para os servidores que desejem se aposentar aos 70 anos de idade, pois a iniciativa apenas permite aos servidores que tenham entre 70 e 75 anos de idade permanecer no serviço ativo, não alterando a regra que faculta a aposentadoria a partir dos 55 anos de idade e trinta de contribuição para as mulheres e dos 60 anos e trinta e cinco de contribuição para os homens, com também não altera a regra que faculta a aposentadoria por idade a partir dos 60 anos para as mulheres e dos 65 anos para os homens, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Em face do exposto, solicitamos o apoio dos nobres colegas para a aprovação da iniciativa que ora submetemos à decisão desta Casa.

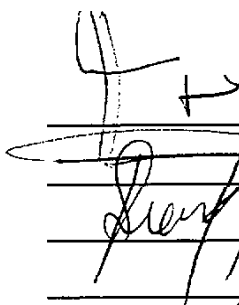
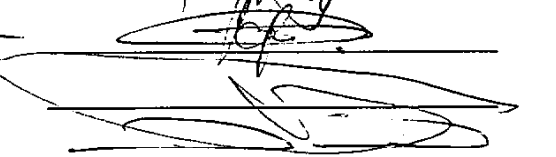
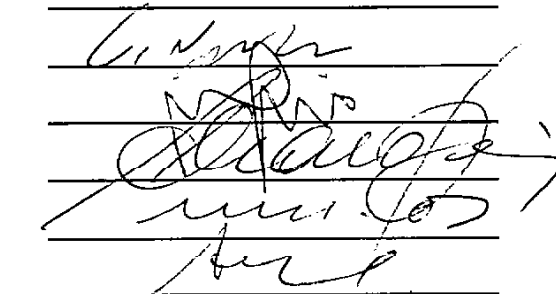
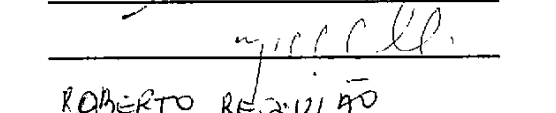
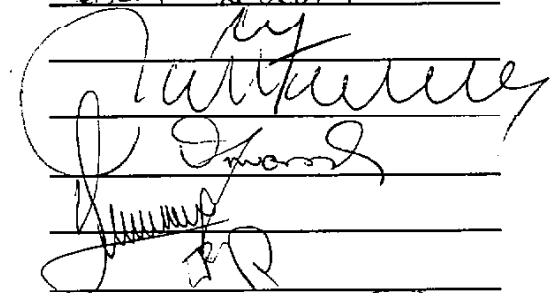
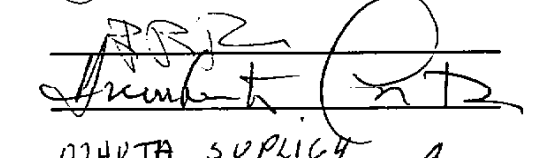
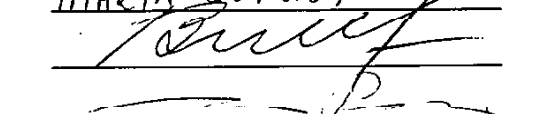
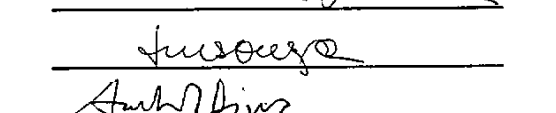
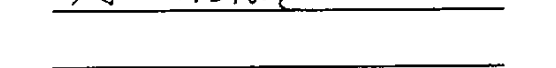
Sala das Sessões,

1. Senadora ANA AMÉLIA

2. GLEISI HOFFMAN

3. LUIZ ASSOL

4. SEN. MARCELO CRIVELLA
5. ~~ALBERTO~~
6. ~~Wilton~~
7. VALDIR RAUPP
8. Carlos Eduardo
9. RANDOLFE
10. Waldemar
11. CIRIO NOGUEIRA
12. SENGIO PETECÃO
13. ALVARO DIAS
14. ~~ANA~~ AMÉLIA MARIA DO CARMO
15. Aloisio
16. Leônidas Costa
17. ~~Leônidas~~
18. GILM ARGELO
19. JARMAS VASCONCELOS
20. VANESSA GRAZIANIN
21. ACIR
22. FRANCISCO BERNERDES
23. ~~Francisco~~
24. Humberto Costa
25. ~~Francisco~~
26. ~~Francisco~~
27. João Pedro
28. Lúcio da Silva
29. Antônio Diniz
- 30.

  
  
  
  
 ROBERTO REZENDE  
  
  
 MARTA SUPRICH  
  
  


## **LEGISLAÇÃO CITADA**

### **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988**

---

#### **Título III Da Organização do Estado**

#### **Capítulo VII Da Administração Pública**

#### **Seção II Dos Servidores Públicos**

**Art. 40.** Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo.

§ 1º Os servidores abrangidos pelo regime de previdência de que trata este artigo serão aposentados, calculados os seus proventos a partir dos valores fixados na forma dos §§ 3º e 17:

I - por invalidez permanente, sendo os proventos proporcionais ao tempo de contribuição, exceto se decorrente de acidente em serviço, moléstia profissional ou doença grave, contagiosa ou incurável, na forma da lei;

➤ II - compulsoriamente, aos setenta anos de idade, com proventos proporcionais ao tempo de contribuição;

*(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)*

Publicado no DSF, em 06/04/2011.